

**A “praxis errante”  
e a multiplicidade das  
arquiteturas africanas**

# Entrevista com Patti Anahory

Plataforma Stória na Lugar, Cidade da Praia,  
Cabo Verde; Columbia University, EUA.

Quem entrevista:

**Andréia Moassab**

MALOCA, PPGPPD, PPGIELA e CAU / UNILA,  
¡DALE! / UFBA



PATTI ANAHORY

Patricia (Patti) Anahory é arquiteta pelo Boston Architectural College e mestre em arquitetura pela Princeton University, ambas nos Estados Unidos. Após o mestrado, a arquiteta aprofundou a sua pesquisa sobre as práticas construtivas e culturais em diversos países no continente africano, tendo viajado durante catorze meses pelo continente, com financiamento concedido pelo *Prêmio Rotch Fellowship* (EUA). Anahory foi a segunda mulher a ganhar o prêmio em mais de um século de sua existência e foi a primeira a propor que a viagem fosse pelo continente africano. Ainda, foi diretora do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território da Universidade de Cabo Verde - CIDLOT, de 2009 a 2012. Em 2017, integrou o júri da primeira edição do *Africa Architecture Awards*. Nos seus trabalhos acadêmicos, tem abordado questões de gênero, identidade, construção e reconstrução de memória e suas traduções arquitetônicas. É co-coordenadora do projeto *Storia Na Lugar*, uma plataforma que visa explorar as possibilidades de *storytelling*, mídia participativa e projetos de mapeamento em contextos de marginalização. Em 2021, com César Schofield e a plataforma *Storia Na Lugar*, expôs na 17ª Exposição Internacional de Arquitetura em La Biennale di Venezia (Itália), com o trabalho *Água(s): Produção de Territórios e Imaginários*. Atualmente, exerce a função de avaliadora externa do curso de arquitetura no departamento de Arquitetura e Planeamento da Universidade de Ciência e Tecnologia da Namíbia; como moderadora externa na escola de arquitetura da Universidade de Johannesburgo e como avaliadora crítica na Universidade de Cape Town, ambas na África do Sul. É curadora de arquitetura e exerce a profissão também como projetista, tendo diversas obras e projetos em Cabo Verde, Gana e Portugal.

Patrícia Anahory e Andréia Moassab trabalharam juntas no CIDLOT/UNICV e desde então são parceiras em diversos projetos. Publicaram juntas nas coletâneas *Rogue Urbanism*, editada na África do Sul, em 2013, e *Sub-Saharan Africa: Architectural Guide*, editada na Alemanha, em 2020. São autoras do livro *Panorama da Arquitetura Habitacional em Cabo Verde*, editado pela Universidade de Cabo Verde, com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2022.



Com uma experiência de mais de vinte anos atuando como arquiteta, tendo feito a graduação e o mestrado nos Estados Unidos, é interessante notar que, ao contrário de uma reprodução da arquitetura hegemônica que sabemos dominar aquele país, você tem percorrido caminhos em direção oposta, defendendo o que posso chamar de uma “arquitetura da autonomia” parafraseando o educador brasileiro Paulo Freire. Isto não seria contraditório com a formação profissional que você recebeu, inclusive tendo estudado com alguns dos “grandes” nomes da arquitetura?

De fato, estudei e atuei profissionalmente nos Estados Unidos por muitos anos. Porém, nunca tive dúvidas do meu lugar, do lugar em que cresci e das condições desiguais impostas aos países no capitalismo globalizado. Eu nasci a bordo de um navio, em meio ao oceano Atlântico, quando meus pais se deslocavam para São Tomé e Príncipe. Ali, passei os primeiros anos da minha infância. Vim para Cabo Verde ainda criança, no ano da independência, conquistada em 1974. Foi após concluir o liceu, equivalente ao ensino médio no Brasil, que migrei para os Estados Unidos, onde vivi por mais de duas décadas. Minha mudança de país para seguir os estudos foi devido a não existir, nessa altura, ensino superior em Cabo Verde, como aconteceu em muitos países africanos, consequência das políticas de dominação coloniais, desinteressadas em qualificar a população local, uma das maneiras para manter a dominação.

Nos Estados Unidos, nem na graduação, nem no mestrado, o percurso curricular fez qualquer referência ao meu contexto cultural, político ou socioeconômico. Tampouco as escolas de arquitetura estavam preocupadas em desenvolver uma compreensão geopolítica mais ampla, visando entender as implicações espaciais e construtivas decorrentes da dominação colonial, não

**LAJE**

n. 1  
p. 60-79  
2022

ISSN: 2965-4904

apenas em África. Por isto, este tema é uma luta imprescindível e constante, não apenas nos meus processos de autoeducação, mas também naquilo que posso colaborar para alterar este cenário, como venho fazendo nos diversos tipos de assessorias a universidades e cursos de arquitetura no continente africano.

Julgo que as questões de representatividade são fundamentais para serem enfrentadas, ainda que, por si só, não consigam desmontar por completo as opressões da geopolítica capitalista. Vale a pena mencionar que durante os quatro primeiros anos da faculdade, no departamento de arquitetura, só conheci duas outras colegas negras. Dos colegas homens negros, havia um pouco mais. Mesmo assim, eram menos de seis. Nessa instituição, sentia-me multiplamente isolada: economicamente; identitariamente, por ser negra e africana, portanto, minoria, pelas ausências de referências curriculares; e nos escritórios de arquitetura, onde trabalhei desde o primeiro ano do curso. O meu desenquadramento era notável nas minhas roupas, por vezes, impróprias ao clima, e na disponibilidade financeira para a aquisição de material do curso. Nessa altura, não tínhamos o auxílio de computadores para a produção de trabalhos. Era necessário um enorme investimento em materiais de desenho, para maquetes e, claro, livros.

Quando iniciei os meus estudos, era ainda muito jovem, sensível, mas politicamente *naïve*, sem ferramentas para me posicionar diante destas situações. No contexto das dinâmicas raciais, equivocadamente binárias, dos Estados Unidos, eu era de difícil encaixe nessas categorias. Não branca, no entanto, visivelmente pouco negra. Em parte, eu era acolhida como hispânica/caribenha e menos acolhida pela comunidade afro-americana, uma espécie de "sem lugar". Soma-se aí que o conteúdo curricular nunca abordou qualquer questão minimamente relacionada a realidades mais próximas dos meus contextos culturais e de identidade. Mesmo estando localizada num bairro negro, e dentro da multicultural cidade de Nova Iorque, a escola de arquitetura e as disciplinas não abordavam essas realidades. Eram zonas, pessoas e questões invisibilizadas. A história de arquitetura que estudei chegou ao continente africano apenas através do Egito. Nunca estudamos arquitetos negros, menos ainda, arquitetas negras. Não tive nenhum professor negro e havia poucas professoras mulheres. Em termos de convívio, ressalto que passava pouco tempo na universidade, porque vivia com os meus avós<sup>1</sup> e não nas residências estudantis, como era comum. Eu tinha que trabalhar para poder complementar os empréstimos para pagar os estudos; era a única aluna na minha turma (e de outras) que estudava em período integral e trabalhava.

Então, como mulher e como mulher africana, que quer exercer e pensar a profissão para o contexto africano e também para a diáspora e para o mundo, tenho tentando suprir essas ausências em minha educação formal.

**A despeito dessas dificuldades, ou talvez por conta delas, sua trajetória acadêmica foi marcada por projetos provocativos de excelência, que fazem emergir a questão racial. Este foi o tema do concurso de projetos que resultou na primeira colocação no prêmio *Rotch Fellowship* e também de seu mestrado, quando você concebeu um memorial da escravatura no Senegal. Poderia comentar sobre este projeto e os desafios para a arquitetura contemporânea em África?**

As universidades do Norte, apesar de extremamente conceituadas, têm historicamente ignorado certos saberes ou um continente inteiro, como o africano. A universidade onde fiz meu mestrado, Princeton, foi fundada no século XVIII. Sua escola de arquitetura reforçava e reproduzia, naqueles anos, o que há de mais hegemônico: os grandes projetos autorais assinados e excepcionais, normalmente descolados das realidades locais. Tive que vir a resgatar por interesse próprio outras práticas e reflexões críticas no processo formal educativo e fora dele, o que nem sempre aconteceu de maneira tranquila.

Na ocasião do meu mestrado, em 1999, a UNESCO tinha acabado de publicar um edital para a concepção de um memorial da escravatura no Senegal, motivo da minha opção temática e projetiva para a pós-graduação, que teve por título *Homel[ing] landscapes: Mapping Memory[-ial] Dakar, Senegal, a slavery counter-memorial*<sup>2</sup>. Entre várias outras questões, causou estranheza o fato da agência internacional ter escolhido o local apenas por ser o ponto mais ocidental do continente africano. Como um critério geográfico, meramente simbólico, podia ser a base para escolha locacional de um memorial para um período tão violento na história da humanidade? Minha opção foi, portanto, um projeto de intervenções em várias escalas e ações: na arquitetura, paisagem, nos mapas (de navegação), performance, em resposta aos vários problemas de concepção do edital – a começar pelo critério da locação. Foi também, uma provocação sobre a memória e os espaços de violência, enfrentando o desafio de como a arquitetura, não apenas como espaço construído, igualmente como linguagem, estratégia ou coreografia, poderia confrontar uma história remota com o contexto atual.

Por acaso, naquele semestre, a arquiteta e historiadora negra, Mabel Wilson, nessa altura doutoranda, estava de visita no departamento e acabou sendo minha co-orientadora.

tadora. Hoje em dia, ela tem um trabalho muito respeitável de valorização e resgate da história afro-americana, problematizando a relação entre raça, racismo e arquitetura. Há quase vinte anos, isso era uma raridade. Devo ressaltar as dificuldades emocionais subjacentes a tais escolhas inusuais. Havia muito preconceito entre os e as colegas, na medida em que o tema passou a despertar curiosidade dos professores e professoras. Foram muitas batalhas diariamente, inclusive contra o racismo velado e, por vezes, escancarado mesmo. Num destes episódios, um professor perguntou como é que eu tinha conseguido entrar em Princeton, com insinuações vexatórias de desconfiança por uma arquiteta negra africana, com um percurso acadêmico modesto, conseguir estar num espaço "tão privilegiado".

Dito de outra forma, muitas vezes a trajetória acadêmica é uma experiência bastante solitária, por não se ter nem colegas, nem professores ou professoras com quem comunicar a nossa realidade, com quem dialogar. Por isso, julgo indispensável criar espaços dentro das instituições, como faz o MALOCA, numa espécie de militância para dentro da academia, a tratar estas questões, estas identidades e histórias excluídas. Ao sempre propor meus projetos e estudos acadêmicos no continente africano, eu não tinha uma orientação apta a dar respostas, nem mesmo para pensar junto. Então, os desafios para a arquitetura contemporânea em África devem necessariamente abarcar o ensino, enfrentando a invisibilidade e o desinteresse por práticas espaciais e arquitetônicas não-hegemônicas, pautando as instituições e o fazer científico para a reversão deste cenário.

**Nesse sentido, é vital questionar a completa ausência da arquitetura africana do ensino de arquitetura e as raríssimas referências de profissionais negros e negras durante o curso, o que o ocorre no mundo todo. O ensino acaba por reproduzir o racismo estrutural, nas suas escolhas curriculares, nas referências bibliográficas e também arquitetônicas. Temos vindo a observar que a Universidade se torna cada vez mais um braço instrumental do capitalismo, com pouco espaço para o pensamento crítico. Cabe perguntarmo-nos, então, qual o lugar da arquitetura africana no ensino, nesse contexto?**

A arquitetura como área de conhecimento ou forma de compreender a nossa relação com o mundo, tem como grande desafio o ensino. A escolha curricular de ignorar certos temas e formas de conhecimento nos currículos, precisa ser urgentemente revista. Podemos afirmar, com tranquilidade, que os cursos apresentam vários semestres de história de arquitetura em que não consta nenhuma referência fora do



contexto hegemônico de produção arquitetônica. Ou seja, estamos falando de um "não-lugar", ou de um lugar a ser conquistado no ensino profissional.

No meu tempo de universidade, nos anos de 1990, o que prevalecia e ainda prevalece em muitas universidades até hoje, eram os estudos dos assim chamados "clássicos" da arquitetura ocidental, desde a Grécia Antiga. Talvez, até se contemple o Egito antigo, sem qualquer outra referência da rica tradição arquitetônica no continente africano, seja da antiguidade, seja da atualidade. Além disso, sequer era incluída qualquer relação ou referência com as demandas hodiernas do continente africano para qualificação de seu espaço construído e habitado. Poucas pessoas, nem mesmo estudantes de arquitetura, conhecem as civilizações africanas antigas, seus modos de morar e fazer cidades - distintos dos critérios europeus para definição de urbanidade; ignoram a grandiosidade arquitetônica de Lalibela; as técnicas construtivas milenares em terra, como as usadas em Djenné; a arquitetura biomimética dos Dogon, no Mali; para citar somente estas. É também importante, ressignificar este passado construtivo e espacial pré-colonial para desenvolver uma arquitetura contemporânea própria. Não pretendo, com isso, um olhar nostálgico para o passado, nem vislumbrar uma arquitetura estilizada africana. Pelo contrário, defendo uma valorização dos saberes e compreensão profunda das formas de habitar e de construir milenares que possam apontar para formas mais equilibradas de conceber e materializar os espaços no presente.

Sob o império Mali, por exemplo, foi construída a mesquita JingerBer em Timbuktu, pelo poeta-arquiteto Abu Issak, no século XIII e é, até hoje, o maior edifício em adobe do mundo. Localizada na cidade de Djenné, no Mali, o templo foi declarado patrimônio mundial pela Unesco em 1988. Outra mesquita que vale mencionar é a de Bobo-dioulasso, na Burkina Faso. A construção, do século XIX é toda em adobe e madeira, cujos pináculos salientes são utilizados de apoio para a constante manutenção do adobe. Suas cúpulas ogivadas são características da arquitetura sudanesa. Da terra para a pedra, as igrejas de Lalibela, na Etiópia, foram "extraídas" da rocha no século XII. Isto é, foram escavadas em grande monolito de rocha vulcânica a muitos metros de profundidade, constituindo um exemplar único e grandioso deste tipo de construção.

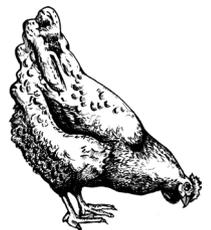
É inconcebível que os cursos de arquitetura, mesmo no continente africano, não tratem destas práticas arquitetônicas em suas aulas, o que tem chamado minha atenção desde a graduação. Há, no continente, uma gama de profissionais produzindo arquitetura e reflexões para a nossa área extremamente relevantes. Alguns são bem conhecidos internacionalmente, como **Lesley Lokko**, **Mariam Kamara**, **Kunle Adeyemi**, **David Adjaye** ou **Francis Kéré**. Sem mencionar outros arquitetos e arquitetas, pro-

jetistas e teóricas/os já com uma trajetória sólida, que deveriam ser referência nos cursos: **Mpho Matsipa, Ilze Wolff, Sumayya Vally, Paula Nascimento, Tosin Oshinowo, Tuliza Sindi, Luyanda Mpahlwa, Rahel Shawl, Doreen Adengo, Mokena Makeka, Issa Diabaté, Joe Addo, Christian Benimana, Kabage Karanja, Stella Mutegi, Khensani de Klerk e Sonja Spammer**,<sup>3</sup> para além daquelas que permanecem de fora das grandes plataformas de visibilidade<sup>4</sup>.

No Brasil, os currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo são bastante eurocentrados e pouco críticos, muitos, inclusive, voltados exclusivamente para atender ao mercado imobiliário. No continente africano, o ensino segue na mesma direção? Ainda sobre educação, nos últimos anos, você tem trabalhado como avaliadora e parecerista em diversas universidades africanas, com destaque para a Universidade da Namíbia, além da sua experiência pregressa, marcante, na direção do CIDLOT/UNICV. Nesse seu vasto território de atuação acadêmica, quais são as práticas de ensino de arquitetura, em África, que têm se destacado?

Das poucas escolas de arquitetura existentes em África, muitas também têm, de modo geral, um currículo desatualizado, eurocentrado, pouco crítico e que não está a dar resposta às necessidades e à forma de estar nos diversos contextos, climas, culturas, paisagens construídas e imaginárias do continente. Soma-se aí, o fato de que são ainda poucas as universidades no continente africano que têm departamentos ou faculdades de arquitetura, levando a que muitos e muitas jovens estudem fora dos seus contextos - mormente com pouco ou quase nada de base curricular pertinente às suas realidades no continente africano.

No entanto, também já se encontram propostas de pedagogias transformadoras, como são os casos da criação e sucesso do programa de pós-graduação da **Graduate School of Architecture - GSA**, da Universidade de Johannesburgo, na África do Sul, em funcionamento desde 2015, sob a coordenação da multipremiada arquiteta e educadora Lesley Lokko, que fundou recentemente o **African Futures Institute** em Acra, Gana, e que irá com certeza ser um espaço marcante de produção de pensamento crítico; do **African Design Centre**, fundada em Ruanda, por volta da mesma altura, com a visão e implementação do arquiteto Christian Benimana, que já foi descrita, inclusive, com a referência eurocêntrica e limitada de 'African Bauhaus'; ou do **African Centre for Cities - ACC**, na África do Sul, fundado em 2007, e dirigido, desde então, por Edgar Pieterse.



O modelo pedagógico da GSA é centrado no questionamento das ferramentas do campo da arquitetura a partir de experimentações que confrontam os legados racistas, coloniais e eurocêntricos que ainda dominam o ensino. Nesse sentido, os exercícios projetivos são desenvolvidos ao longo de um ano, sob orientação de uma mesma professora ou professor. A partir da dialogia com o corpo estudantil, formado por arquitetos e arquitetas, são definidas as abordagens da pesquisa a guiar a atividade projetual com base no tema pré-definido. Esta metodologia é baseada na *unit system*<sup>5</sup> que Alvin Boyarsky desenvolveu na Architectural Association, em Londres, nos anos de 1970.

Por sua vez, o African Design Centre propõe um currículo interdisciplinar com uma abordagem abrangente, por assim dizer, que visa formar designers habilitados e habilitadas a uma profunda conexão entre o meio ambiente construído e os direitos humanos. O currículo foca num aprendizado territorializado, a partir da conexão dos alunos e alunas aos seus contextos, para que projetem respostas pensadas especificamente para suas realidades africanas, explorando as tradições artesanais locais e pesquisam questões urgentes que afetam o continente<sup>6</sup>. Vale lembrar, ademais, do African Centre for Cities<sup>7</sup>, dentro da Universidade de Cape Town, na África do Sul, que desde a sua implementação tem vindo a produzir conhecimento sobre cidades africanas para subsidiar políticas públicas e qualificar quadros para a gestão urbana no continente.

Estes centros têm abordagens muito distintas mas, ao mesmo tempo, complementares. Um voltado para as técnicas locais, outro que incentiva uma busca dos significados da arquitetura e um mais voltado para o contexto urbano. São muitos caminhos possíveis. Estas escolas e centros estão fomentando imaginários do que pode vir a ser a arquitetura africana em suas próprias bases e não referente à conjuntura geohistórica que construiu a profissão na Europa Central, no início do século XX. Está-se, assim, permitindo um exercício livre para compreender o continente, experiências vividas, propor futuros e utopias e, ao mesmo tempo, desenhar o campo disciplinar que emerge desse contexto.

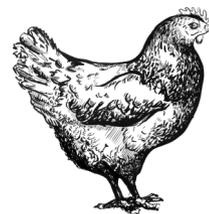
**O curso de arquitetura e urbanismo da UNILA tem uma preocupação em formar profissionais para um mercado de trabalho ampliado, isto é, não apenas o usual exercício liberal da profissão, mas valorizar o ou a profissional das gestões públicas e, ainda, das assessorias técnicas comuni-**

tárias, num exercício, digamos, mais popular da profissão. Como tem sido, no continente africano, caracterizado o exercício profissional? Depois de longa data trabalhando nos EUA, como tem sido sua experiência de atuação em Cabo Verde?

Quando defendo que é preciso oxigenar o debate sobre a formação, o mesmo vale para o exercício da profissão, são duas faces da mesma moeda. No caso africano, mas não exclusivamente, é preciso colocar em pauta as condições de atuação e também o limitado acesso da população a serviços de arquitetura. Acredito que, à semelhança da América Latina, atualmente, a maioria da população em África, nas zonas de rápido crescimento, constrói sem acesso a serviços técnicos de arquitetos e arquitetas, nos moldes usuais de atuação profissional de base privada e liberal. Em Cabo Verde, pode-se afirmar que acima de 70% da população não recorrem a estes e estas profissionais, para a concepção e eventual construção ou reparação de suas habitações, o que se repete no resto do continente africano. Vale lembrar, ademais, que existem imensas obras milenares feitas em África, de extrema qualidade construtiva e estética, feitas sem o auxílio de arquitetos ou arquitetas. Contudo, o que acontece na atualidade é um contínuo e super acelerado crescimento urbano, muito distinto do período pré-colonial.

Isto significa, por sua vez, um desafio para o modelo de escritório privado, de prestação de serviços, na medida em que as demandas são escassas e servem meramente uma classe privilegiada. Ademais, os serviços públicos mantêm poucos profissionais em seus quadros, o que faz com que certamente muitas regiões não tenham nenhum acesso a tais profissionais. Estes limites impõem as seguintes questões: que tipos de atuação se adequam a estes contextos e qual o papel social do arquiteto e da arquiteta nessas situações?

De alguma maneira, fiz este exercício quando, em 2009, regressei a Cabo Verde e tive oportunidade de fazer parte da primeira universidade pública do país, recém-implantada. Fui convidada a montar e dirigir seu Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território, um lócus de pesquisa e reflexão crítica sobre o espaço - que acabou se distanciando desta função, diga-se, nos últimos anos. Na ocasião pudemos colocar em prática esta perspectiva de pensar o território a partir das questões locais, nos esforçando por frear a imposição de uma agenda externa, sobretudo vinda da União Europeia. O desafio posto era enorme, a começar pela extrema ausência de bibliografia - se é difícil livros sobre arquiteturas e cidades em África, mais difícil é numa perspectiva crítica, e ainda mais raro, em língua portu-



guesa. De qualquer maneira, nos quase quatro anos que estive à frente do Centro, pudemos alinhar uma agenda própria e pautar diversos temas significativos para o país naquele momento.

Entre os muitos os desafios do CIDLOT, uma das principais questões com a qual nos deparamos foi a ausência, nos estudos urbanos, da urbanidade em África anterior à dominação colonial. Ficou evidente, além disso, o quanto a definição de cidades pouco serve às realidades urbanas em África. No livro *Panorama da Arquitetura Habitacional em Cabo Verde* tivemos muitas dúvidas com relação à urbanidade ou ruralidade de determinadas tipologias, justamente porque tais conceitos dizem pouco respeito às múltiplas complexidades de contextos no continente, para ficarmos apenas neste ponto.

Dito de outra forma, o ensino é uma das dimensões a serem transformadas e deve vir acompanhado de pensar tanto as condições de trabalho no continente quanto o acesso da população a estes serviços profissionais, tarefa urgente das universidades e das ordens profissionais.

**Em 2017, você esteve no Brasil para a conferência de abertura do *I Encontro Internacional do MALOCA*,<sup>8</sup> realizado na UNILA, em Foz do Iguaçu. Vinda diretamente da África do Sul, você expôs alguns dos dilemas de ter sido júri de um prêmio internacional dedicado à arquitetura africana, o *Africa Architectural Award*. Poderia nos contar um pouco daquele contexto e a pertinência de um prêmio como este?**

Felizmente, nos últimos anos tem-se fortalecido no continente uma rede de arquitetos e arquitetas críticas, cujos efeitos começam a despontar. O prêmio *Africa Architectural Awards* faz parte deste cenário emergente e colaborativo. Apesar das complexidades e das imensas contradições de um prêmio, foi uma oportunidade excelente para travar discussões profícuas.

Primeiramente, uma premiação sempre dá visibilidade, o que em termos de arquitetura no continente africano, é fundamental. Além disso, as categorias da premiação saíram do lugar comum de valorizar apenas obras construídas, alargando o escopo da arquitetura. As categorias de premiação incluíram trabalhos teóricos, trabalhos de estudantes, recém-formados ou formadas, e projetos não construídos. Ressalte-se que as assimetrias regionais são enormes, no que respeita às oportunidades de ter sua obra construída. A possibilidade de concorrer ao prêmio com obras não-construídas é primordial num contexto de premiação no continente africano.

Outra novidade positiva naquele prêmio foi viabilizar que as candidaturas fossem apresentadas numa plataforma digital – evitando os altos gastos com impressão e correio – ao mesmo tempo em que permite a um largo público o acesso aos projetos concorrentes. A página do prêmio teve mais de um milhão de visitantes, cobrindo uma lacuna da total ausência de publicações especializadas que se dedicam à produção de arquitetura no continente africano. Existem muitos concursos internacionais onde estamos excluídos de alguma forma, direta ou indiretamente.

Portanto, o *Africa Architectural Awards* foi um espaço muito expressivo para dar visibilidade, para gerar reflexão – o que nunca vai ser consensual, as escolhas são sempre sob tensão. Foi, sem dúvida, um trabalho bastante difícil para o júri, que marcou uma posição que gerará muito desdobramento nos próximos anos, cumprindo assim o relevante papel de arejar e fomentar o debate sobre arquitetura no continente africano e sobre arquitetura africana.

**Finalmente, na última década, após a experiência acadêmica no CIDLOT, você tem se dedicado a intervenções artísticas de diversas naturezas, o que culminou com a sua participação - ao lado de César Schofield Cardoso, na prestigiada Bienal de Arquitetura de Veneza, realizada em 2021. O que te impulsionou a adotar a arte como espaço privilegiado para o pensamento crítico? Nesses trabalhos contundentes, o território e a vida das pessoas parece ser um denominador comum. Comente um pouco como a arte tem permitido problematizar estas questões?**

Num primeiro momento, desenvolvi o que designo como uma práxis estético-política, em paralelo à minha atuação no CIDLOT, onde fomos parceiras. Pudemos estabelecer ali, desde o início, uma ponte com artistas que vinham trabalhando o espaço urbano. Um dos nossos primeiros eventos que realizamos no CIDLOT foi "arte, ocupação do território, desenvolvimento local", no qual contamos com artistas, curadoras e pesquisadoras vindas do Brasil, França e África do Sul para trocar experiências e reflexões com artistas locais, de Santiago e São Vicente. Assimilamos, no centro, a arte imbricada com o fazer científico como ferramenta central para compreender o mundo. Com isso, ficou cada vez mais evidente, para mim, algumas limitações dos projetos acadêmicos em chegar a um público mais amplo, devido, sobretudo a sua linguagem mais hermética.

Em paralelo ao CIDLOT, integrei o coletivo *XU*<sup>9</sup>, grupo com o qual participei com o da exposição "Climate Change in Africa: Africa Speaks and Connects 2010", trabalho *Cape Verde social [un]sustainability*. Tratava-se de uma mostra digital com artistas, cien-



tistas e ativistas, realizada ao mesmo tempo que a 16a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP16, ocorrido no México, em 2010. A proposta dos organizadores foi pautar a COP do ano seguinte, que seria no continente africano. A nossa proposta teve por objetivo problematizar o conceito de sustentabilidade, por meio da linguagem artística.

No ano seguinte, montamos a exposição completa, no Palácio da Cultura Ildo Lobo, centro cultural na cidade da Praia. Com fotomontagens, instalações e audiovisual, propusemos uma contra-narrativa da sustentabilidade com base em quatro pilares: água, lenha, areia e território, centrais no cotidiano cabo-verdiano. O trabalho convidava a uma reflexão e compreensão de um ciclo ampliado da produção dos impactos ambientais, sobretudo nos países marcados pela pobreza. Ao tensionar o conceito de sustentabilidade, incluindo a questão social, intentamos mostrar as contradições do discurso hegemônico da preservação ambiental, útil à manutenção do capitalismo e, ao mesmo tempo, extremamente inadequado para contextos de população carenciada e de escassez de recursos naturais.<sup>10</sup>

Fui, então, enveredando por caminhos outros, que visassem questionar narrativas dominantes hegemônicas e ressignificar seus sentidos. Em 2012, saí da universidade para poder ter mais liberdade nos projetos próprios de engajamento local comunitários e práticas participativas, num processo também de dar a conhecer essa realidade que não constava nos programas de ensino e investigação, esta produção de conhecimento fora do ambiente acadêmico.

Nos anos seguintes ao meu desligamento da UNICV, propus, com o artista multimídia César Schofield Cardoso, a plataforma *Storia na Lugar*, na qual desde 2016 temos vindo a lidar diretamente com a comunidade. *Storia na Lugar*, em língua cabo-verdiana tem um duplo sentido: são histórias de vida das pessoas, que produzem o seu espaço, produzem a cidade – têm, portanto, a ver com histórias no lugar. Também pode significar “colocar a história no lugar”, ou seja, alargar e reverter percepções limitadas e preconceituosas dos lugares, focando nas perspectivas dos próprios habitantes. Ainda, o nome forma um trocadilho em cabo-verdiano: *storia* é estória, mito, conto, fábula e história. Já, *nha lugar*, o meu lugar, refere-se à terra de cultivo, a área fértil.

A partir destas várias sutilezas é que embasamos nossas análises socioespaciais e desenhamos modos de dar visibilidade a várias comunidades. Este é o caso do web-documentário *Finka Pe*<sup>11</sup>, que conta a história de um espaço comunitário num dos bairros marginalizados da capital, criado a partir da ocupação, por um grupo de jovens ativistas, de um antigo vestiário esportivo desativado. Com a apropriação de

edificações abandonadas, reivindicam espaços, políticas públicas para as comunidades e inseriram-se nos fóruns de decisão sobre a cidade. Outro trabalho interessante da plataforma foi a instalação multimídia *Island Crossings: between myths and hallucinatory realities*<sup>12</sup>, apresentada na exposição "African Mobilities", promovida pela Technischen Universität, na Alemanha, em 2018. Trouxemos, ali, noções de imaginários e deslocamentos insulares, pelas lentes do comércio e da circulação de produtos, explorando as múltiplas passagens, reais e imaginárias, forçadas e desejadas, que caracterizam o país.

Em 2017, desta vez como artista sola, fui uma de seis artistas, entre nacionais e internacionais, convidados e convidadas para propor uma instalação no Museu da Resistência de Cabo Verde. O Museu ocupa as instalações de um antigo campo de concentração utilizado pela PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a polícia política portuguesa atuante entre 1945 e 1969, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político do Estado Novo. Eram desterrados para as ilhas de Cabo Verde, mais especificamente para o Tarrafal, na ilha de Santiago, os opositores do regime ditatorial e lutadores anticoloniais que defendiam a independência dos países africanos sob dominação portuguesa.

Há décadas, as antigas instalações administrativas do campo de concentração, ao redor do Museu, estão ocupadas por pessoas maioritariamente retornadas de São Tomé e Príncipe, após a independência dos países africanos<sup>13</sup>. Com o peso inerente ao sofrimento imposto - no passado e no presente -, realizei duas intervenções convergentes: *Pedestais de [X]clusão*, no circuito turístico proposto pelo governo para visitação externa aos muros da prisão; e *Volumes Vazios [Vazios] de Memórias*, no interior do espaço prisional. A proposta problematizou a falta de conexão com seus lugares e a (im)possibilidade de reconstrução da memória da violência em projetos museológicos.

Por último, gostaria de destacar como a água - ou a falta dela tem sido um elemento fundamental em meu trabalho para compreender e debater Cabo Verde, presente desde a instalação com o coletivo XU. Em 2021, este é o ponto central da intervenção *Água(s), Produção de Territórios e Imaginários*, que levei com o Stória na Lugar para a 17ª Exposição Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza, cujo tema foi "como iremos viver juntos?". A nossa proposta partiu do imaginário de um país marítimo, rodeado pela imensidão do oceano, onde gigantescos resorts oferecem oásis, com vegetação abundante e piscinas imensas, que estendem a imensidão do azul, que se contrapõem, perversamente à extrema escassez de água potável no país. Nessa direção, a obra expõe o "imaginário azul" cenográfico dos resorts turísticos da ilha da Boa Vista, os quais são, ao mesmo tempo, o local de trabalho dos e das habitantes da ilha, que em contraste a tal abundância, sofrem com a escassez de água potável

e, muitas vezes, a falta de água canalizada em suas casas. Para ser ainda mais contundente, montamos a instalação com garrafas de água PET, símbolo da privatização da água e da pressão ecológica no planeta.

De um modo geral, estas experiências artísticas têm me possibilitado levar reflexões e ações para perto das pessoas.

**Sua práxis estético-política questiona narrativas dominantes hegemônicas e procura ressignificar sentidos geopolíticos a partir do continente africano, com forte relação com os territórios. Nas suas palavras, estas seriam “intervenções enraizadas”. Você poderia definir um pouco mais este termo?**

Tenho usado o termo “intervenções enraizadas” para demarcar um esforço epistêmico de pensar o mundo considerando as múltiplas opressões de gênero, raça, classe e geografia em simultâneo. Apesar de trazer no meu corpo estes marcadores, por ser uma mulher, negra, africana, da classe trabalhadora, porém privilegiada nesta sociedade, é imprescindível desconstruir cotidianamente o hegemônico em nós, sob o risco de reproduzi-lo acriticamente. Inseridos num capitalismo que mata pessoas e destrói a natureza todos os dias, muitos países acabam por adotar os discursos das agências internacionais, reforçando assimetrias sociais ou, pior, culpabilizando a população mais pobre, não por acaso, não-branca e em maior número, formada por mulheres.

Nesse sentido e retomando o início de nossa conversa, em minha trajetória, tenho vindo a propor um alargamento da compreensão de arquitetura e tensionar, propositalmente, algumas das limitações e insuficiências do ensino na área. Acredito que por meio de experiências e práticas artísticas é possível mostrar como muitas vezes as universidades estão distantes das realidades das pessoas – no mundo todo e não é diferente no continente africano.

Assim sendo, toda essa minhas “práxis errante” é, ao mesmo tempo, uma desconformidade com aquilo que nos impõem como arquitetura e que ignora diversos saberes espaciais e continentes inteiros; e, é também desenho propositivo e provocativo às instituições e ordens profissionais, almejando desenhos múltiplos e inclusivos para as arquiteturas africanas, em toda sua multiplicidade.

## Notas

**1** [N.Ent.]: Cabo Verde é um país historicamente marcado pela emigração, ficando nos EUA a maior comunidade caboverdiana na diáspora. Estima-se hoje em dia cerca de 1,5 milhões de caboverdianos no exterior, frente a cerca de 500 mil residentes no país.

**2** [N.Ent.]: Em tradução livre, paisagens de regresso/s: mapeando memória[l] Dakar, Senegal, um anti-memorial da escravatura.

**3** [N.Ent.]: Muitas das arquitetas africanas citadas foram entrevistadas por Joice Berth e Andréia Moassab, o que resultou no capítulo O ensino de Arquitetura e a dupla invisibilidade das arquitetas negras, integrante do livro Por um ensino insurgente em Arquitetura e Urbanismo (MOASSAB; NAME, 2020).

**4** [N.Ent.]: A plataforma [www.hereotherwise.space](http://www.hereotherwise.space) pretende reverter a invisibilidade das arquitetas africanas e da diáspora com a criação de uma rede, que é também um acervo dinâmico de suas produções.

**5** [N.Ent.]: Conforme aponta Irene Sunwoo em seu texto de 2009, *Pedagogy's Progress*, publicado na revista *Grey Room*, do MIT/EUA, o "unit system" foi a base do programa pedagógico da escola londrina, estabelecendo seu funcionamento por estúdios verticais, cada qual com seus tutores a orientar experimentos e perspectivas críticas em arquitetura. Para Boyarsky, segundo Sunwoo, a nova missão da escola de arquitetura é ser crítica da sociedade e não mera provedora de formas.

**6** [N.Ent.]: Para mais informações, consultar: [www.africandesigncentre.org/curriculum](http://www.africandesigncentre.org/curriculum).

**7** [N.Ent.]: Para mais informações, consultar: <https://www.africancentreforcities.net/about/acc-at-uct/>

**8** [N.Ent.]: Para mais informações, consultar: <https://encontromaloca.wordpress.com/>

**9** [N.Ent.]: para mais informações, consultar: <https://xu4innovation.wordpress.com/>

**10** [N.Ent.]: Em 2015, o trabalho mais uma vez na sua versão digital, abriu o IV Encontro Internacional Balance-Unbalance, na Arizona State University, nos Estados Unidos, que tinha como tema “water, climate, and place reimagining environment”.

**11** [N.Ent.]: para mais informações, consultar: <https://storianalugar.net/finkape/>

**12** [N.Ent.]: em português, *Cruzando ilhas: entre mitos e realidades alucinantes*.

**13** [N.Ent.]: Durante a ditadura de Salazar, um grande contingente populacional foi deslocado de Cabo Verde para trabalhar nas plantations de São Tomé e Príncipe, em situação análoga à escravidão. Até hoje o retorno destas pessoas e seus descendentes é uma questão a ser enfrentada, pois nem as pessoas, nem suas famílias ou mesmo o governo tem verbas suficientes para a repatriação ou para lhes garantir uma vida digna. Nos anos de 1980, alguns retornados foram alocados no entorno do campo de concentração, nos arredores da cidade do Tarrafal, onde vivem nos dias atuais, com seus descendentes em precariedade, sem água encanada tampouco saneamento básico e com energia elétrica apenas em pouco mais da metade das casas.

